

PRIMEIRO PASSO, DIZEM OS BANQUEIROS.

Existe um consenso entre os banqueiros estrangeiros de que o acordo firmado ontem é apenas a primeira etapa de um processo muito maior, que envolve a definição da forma como o País irá pagar o principal da dívida. Mas esse primeiro passo, sem dívida alguma, poderá facilitar muito o relacionamento entre o Brasil e a comunidade financeira internacional.

O presidente do Banco de Tóquio, Takanore Suzuki, acha que a partir de um sinal verde também do FMI o País passa a ter boas chances de recorrer ao Fundo Nakasone. Ele lembra que os projetos apresentados ainda pelo governo Sarney totalizavam recursos da ordem de US\$ 5,5 bilhões a US\$ 6 bilhões. Eles estavam parados pela falta de um acordo sobre a dívida, e agora poderão ter outro tratamento. Esses investimentos viriam através do Eximbank japonês ou do Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina. De acordo com Suzuki, o acordo repercutiu bem entre os participantes da reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no Japão.

O representante do Eximbank japonês no Brasil, Susumu Ogihara, confirmou que a liberação dos recursos depende de um entendimento com o FMI. Joel Korn, presidente do Bank of America, lembrou a importância das próximas etapas da negociação — também para ele, a reestruturação do pagamento do principal depende de um acordo prévio com o FMI. Uma nova carta de intenções, diz Korn, terá de ser assinada em breve, já que a anterior ficou superada.

Na sua avaliação, o acordo firmado ontem é positivo, principalmente para o Brasil. Além de ser um passo fundamental para um melhor entendimento com a comunidade financeira internacional, ainda está levando em conta a capacidade de pagamento do País.

O presidente do Royal Bank of Canadá, Robert Brydon, acredita que a retomada dos investimentos estrangeiros no País depende não só da renegociação da dívida externa, mas principalmente de uma maior estabilidade das regras do jogo. Os investidores, acrescentou, devem ter certeza de que as normas não mudarão de uma hora para outra, como vem acontecendo até agora.

O presidente do Lloyds Bank, Jeremy Morse, prevê por sua vez que os sinais definitivos para a reintegração nas finanças internacionais só virão quando o governo começar a diminuir o peso do Estado. “Tivemos uma situação menos grave na Grã-Bretanha e a senhora Thatcher precisou de dez anos. O Brasil tem que ir mais rápido que ela”. A abertura da economia brasileira e o programa de privatização, acrescenta, podem aproximar o País da comunidade internacional.

O presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Léo Wallace Cochrane Jr., elogiou o acordo sobre os atrasados — “será possível pagar sem sacrificar reservas” — e observou que agora “começa a parte mais complicada, que poderá levar três, quatro, talvez cinco meses. “Mas principal é que seja bom para o Brasil e para os bancos.”

Para o ex-negociador da dívida, Stephen Kanitz, acordo firmado repetiu um erro anterior.



País assinou cheque em branco, diz economista.

Para o economista Stephen Kanitz, ex-assessor do Ministério do Planejamento e negociador da dívida externa, durante o governo Sarney, o novo acordo repete o erro de acordos anteriores, já que a partir do quarto ano os juros voltam a ser flutuantes. “É o mesmo que assinar um cheque em branco”, disse ele. Se houver uma explosão dos juros, como a de 81, daqui a alguns anos o País enfrentará novas dificuldades para o pagamento da dívida. Além disso, ressaltou, os juros previstos para os próximos três anos estão acima da Libor.

Já o advogado Durval Noronha Goyos Júnior, especialista em direito internacional, acha

que o Brasil tem de aceitar as condições da economia de mercado. Ele só lamenta que o acordo tenha demorado tanto para sair e não inclua o pagamento do principal da dívida. De qualquer modo, diz Goyos, o acordo assinado ontem “já é um passo importante para a retomada da credibilidade do País junto à comunidade financeira”.

O empresário Luís Eulálio de Bueno Vidigal, presidente da Comissão de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria, bastante satisfeito com os termos do novo acordo, acha apenas que o Brasil pagou um preço muito caro pelo atraso no entendimento.